

A Filosofia africana na sala de aula como forma de combater o racismo institucional

MILENA CRISTAL MOREIRA DE OLIVEIRA¹; JOÃO PEDRO ROSA²; MARCUS VINICIUS SPOLLE³

¹Universidade Federal de Pelotas – milena.cristal@hotmail.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – jp.rosa@outlook.com

³Universidade Federal de Pelotas – sociomarcus@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

É frequente em aulas de Filosofia de todos os níveis de educação o ensino de apenas uma perspectiva filosófica, centrada, principalmente, no pensamento “europeu” e/ou “ocidental”, isto é, masculino, branco, heteronormativo (NOGUERA, 2014). A Filosofia que aprendemos nas escolas se inicia com a Grécia antiga, tendo sua origem na Jônia, Turquia do Séc. VI a.c. Reale afirma que “A filosofia, como termo ou conceito, é considerada pela quase totalidade dos estudiosos como criação própria do gênio dos gregos” (1997, p.3). Mas, segundo Adilbênia Freire Machado “onde houver seres humanos, haverá filosofia, pois ela é um produto do conhecimento, da cognição” (2014, p. 4). Se a filosofia está junto do ser humano, então essa não deveria ter uma única origem, mas estar em variadas formas de sociedade.

O problema da exclusão de outras filosofias não é de hoje e responde a uma estrutura de negação de conhecimentos não ocidentais (NOGUERA, 2014, p.24). Segundo Enrique Dussel, o ensino eurocentrado não permite que os alunos se reconheçam dentro da realidade social em que vivem (1977). Portanto, começar a pensar outras filosofias é necessário para uma educação anti-racista e é pela formação e especialização de professores que iniciamos essa mudança.

Foi a partir da Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Base da educação tornando a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e, mais tarde, a Lei n.º 11.645, de março de 2008, que implementou as modificações no texto da antiga lei de Diretrizes e Base, Lei n.º 9394/96, (BRASIL, 2008), que essa transformação ganhou um novo fôlego.

Pensando na exclusão de filosofias não ocidentais, focando mais especificamente na Filosofia africana, de que forma docentes e discentes de filosofia podem construir uma formação plural, que considere diversas perspectivas e a aplicação da Lei 10.639/08.

Através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) os futuros professores podem aprender e desenvolver novas abordagens filosóficas. Este trabalho tem como objetivo mostrar a necessidade de pensar novas propostas pedagógicas, a partir do PIBID, que favoreçam a inserção da filosofia Africana, a partir da lei, como parte do fortalecimento de uma educação anti-racista.

2. METODOLOGIA

Esse estudo foi construído através das experiências como bolsistas do núcleo de Filosofia e Ciências Sociais do PIBID da Universidade Federal de Pelotas, participando do cotidiano nas escolas integrantes do núcleo. E também a

partir da pesquisa sobre Ensino, Descolonização, Filosofia africana e da Lei de diretrizes e bases da educação que compõem esse trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A negação do conhecimento africano e de outras culturas fora do circuito europeu se dá através do racismo epistêmico, que segundo Noguera “se remete a um conjunto de dispositivos, práticas e estratégias que recusam a validade das justificativas feitas a partir de referenciais filosóficos, históricos, científicos e culturais que não sejam ocidentais” (NOGUERA, 2014, p.27). Dentro das universidades essa estrutura é reproduzida por professores e alunos que ignoram a existência do racismo, não proporcionando um debate sobre o mesmo (MARTINS, 2018, p.130). A falta do debate nas universidades intensifica a não presença de alunos negros ocupando esses espaços e dificulta a produção daqueles que já estão dentro.

Se o debate sobre o racismo não acontece entre docentes e discentes dentro da universidade, podemos esperar que ele aconteça nas escolas? Quais as consequências da falta desse debate no ambiente escolar?

Ao olharmos para as práticas pedagógicas de valorização da identidade, da memória e da cultura negras, partimos do pressuposto de que os rituais que *predominam* na instituição escolar ainda estão alicerçados no racismo e atuam na manutenção da discriminação e do preconceito étnico-racial (...) e a história da população negra ainda é abordada pela perspectiva da escravidão sofrida, e não da resistência à escravidão, empreendida pelos descendentes de africanos no Brasil. (SILVA, 2019).

O racismo está presente dentro da escola, permanente entre relações de alunos com alunos e alunos com professores. A vivência de alunos negros no ambiente escolar é marcado por ofensas raciais e outras situações de constrangimento que intensificam o racismo que elas sofrem frequentemente na escola. O silenciamento de professores e administradores reforça a violência, influenciando que se repitam no cotidiano da escola. Devemos saber que “pensar uma educação escolar que integre as questões étnico-raciais significa progredir na discussão das desigualdades sociais, das diferenças raciais e no direito de ser diferente, ampliando, assim, as Propostas Curriculares do país” (SOUSA *et.al*, 2010, p. 65).

Nós alunos do núcleo de Filosofia e Ciências Sociais da UFPel, tanto em nossas vivências enquanto alunos do ensino básico, quanto em nossa graduação e experiências nas escolas parceiras do PIBID observamos a falta do ensino de filosofia africana dentro da sala de aula. Pensando na introdução dessa filosofia e no cumprimento da lei 10.639/08, elaboramos uma situação didática para iniciar nosso estudos sobre ensino de filosofia africana. A situação ainda não foi aplicada na escola parceira do PIBID, sendo uma proposta a ser trabalhada. O objetivo dessa oficina é apresentar aos alunos o pensamento sobre branqueamento do filósofo diaspórico Frantz Fanon em seu livro *Pele Negra Máscaras Brancas*, para isso, utilizaremos de uma atividade com os alunos. Na atividade os alunos, em círculo respondem a condições para ganhar uma recompensa. No decorrer da atividade percebe-se que para ganhar a recompensa é necessário não ter passado por situações de racismo, portanto, só o homem branco poderia receber o prêmio.

. Após a atividade perguntaremos aos alunos qual foi a impressão deles sobre essa e sobre o racismo, no decorrer da discussão introduziremos Franz Fanon e o processo de embranquecimento imposto ao negro (2008)

4. CONCLUSÕES

Com base no que foi apresentado podemos observar que o racismo se apresenta nas diversas relações dentro da educação básica ao ensino superior, criando uma manutenção do conhecimento eurocentrado. Pensar situações didáticas para o ensino de filosofia através do PIBID é uma forma de quebrar barreiras construídas pelo racismo dentro das escolas, mas também dentro das universidades permitindo que futuros professores tenham acesso a uma formação plural.

Propor o ensino de novas perspectivas na universidade é um desafio, pois nem sempre recebemos a atenção que é merecida pela comunidade acadêmica, mas sabendo que ensinar filosofia africana é uma forma de combater o racismo institucional, é importante que sejamos persistentes e busquemos a formação necessária. A pesquisa e produção de metodologias para o ensino de filosofia africana do núcleo de filosofia e sociologia da UFPel não termina aqui, tendo muito material a ser estudado e pesquisado para que estejamos preparados para o cumprimento da lei 10.639/08.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas / Frantz Fanon ; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008

NOGUERA, Renato. O ensino de Filosofia e a lei 10.639. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

Capítulo de livro

REALE, Giovanni. História da filosofia : filosofia pagã antiga, v. 1/ Giovanni Reale. Dario Antiseri ; [tradução Ivo Storniolo]. - São Paulo : Paulus. 2003. Cap. 1, p. 3.

Artigo

MACHADO, Adilbênia Freire. Filosofia africana para descolonizar olhares: Perspectivas para o ensino das relações étnico-raciais. Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, v.3, n.1, 2014, p. 201 – 219.

MARTINS, Zilda *et.al.* Do racismo epistêmico às cotas raciais: A demanda por abertura na universidade. Revista Eco Pós – Dossiê Racismo – Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, 2018, p. 122 – 145.

SILVA, Claudilene Maria *et.al.* *Itinerário da prática pedagógica de valorização da população negra no espaço escolar.* Rev. Bras. Educ. Vol.2. Rio de Janeiro, 2019. Epub, Mar 11, 2019.

SOUSA, Alessandra Aparecida de *et.al.* A identidade da criança negra no espaço da escola. Ashanti: Grupo de Trabalho de Promoção da Igualdade Racial. Guarulhos: Secretaria Municipal da Educação, 2010, p. 63 – 66.

Documentos eletrônicos

BRASIL, Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Acessado em: 02.09. 2019.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm.